

## A DITADURA INVADE OS TRILHOS: O COTIDIANO DOS FERROVIÁRIOS ENTRE A REPRESSÃO E VIGILÂNCIA (1964-1974)

### Dictatorship Invades the Rails: The Daily Life of Railway Workers Between Repression and Surveillance (1964-1974)

ISABELLA VILLARINHO PEREYRA\*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar as relações heterogêneas construídas entre ditadura e sociedade a partir do estudo de caso dos ferroviários da Central do Brasil e Leopoldina. A ideia é compreender como o cotidiano de trabalho dos ferroviários foi alterado pela repressão e quais foram as estratégias utilizadas por esses trabalhadores para se adaptarem à realidade de exceção, além de refletirmos sobre a memória construída por esses atores sociais sobre o período, levando em consideração os esquecimentos, os silêncios e a naturalização da violência.

**Palavras-chave:** ferroviários; cotidiano; ditadura civil-militar.

**Abstract:** This article aims to analyze the heterogeneous relations built between dictatorship and society from the case study of the railroad workers of Central do Brasil and Leopoldina. The intention is to understand how the daily work of railroad workers was altered by repression, which strategies these workers used to adapt to the reality of exception and to reflect about the memory built by these social actors about the period, taking into account the oblivion, the silence and the naturalization of violence.

**Keywords:** railroad workers; daily life; civil-military dictatorship.

---

\* *Artigo recebido em 28 de setembro e aceito em aprovado para publicação em 24 de janeiro de 2020.*

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, vinculada ao Núcleo de Estudos Contemporâneos (NEC – UFF) e bolsista CAPES. E-mail: isabellavillarinho@gmail.com.

A primeira metade da década de 1960, no Brasil, foi um período de expressiva mobilização social. O governo João Goulart enfrentou, desde o início, grande resistência de setores específicos da sociedade. Relacionado ao contexto internacional da Guerra Fria, a coalizão formada em oposição ao mandato de Goulart reunia membros da Igreja, militares, empresários e políticos e tinha como objetivo barrar a transformação do país no que muitos deles consideravam uma “República Sindicalista” ou uma “nova Cuba”. Por ser tratado como herdeiro direto do getulismo e ter uma grande base de apoio entre grupos trabalhistas, Jango chegou ao poder, o que significou para segmentos conservadores da sociedade um passo importante em direção à implantação do comunismo no país.

A crise política iniciada com a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros e a tentativa de impedir a posse de Jango foram amplamente combatidas pelo movimento sindical. De acordo com Lucília Delgado, as principais manifestações de rua no ano de 1961 tiveram caráter político, em defesa da legalidade do governo. Em agosto, trabalhadores e estudantes do Rio de Janeiro deflagraram greve geral; em Niterói, 10 mil trabalhadores fizeram passeata pela defesa da Constituição e da posse do presidente; além disso, os ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina (EFL) entraram em greve em defesa das liberdades democráticas e sindicais. Em setembro, marítimos, têxteis, bancários, petroleiros, metalúrgicos e trabalhadores de outros setores também decretaram greve pela posse de Goulart<sup>2</sup>.

A unificação de várias categorias profissionais em torno da defesa da legalidade demonstrou que a mobilização dos trabalhadores não se dava apenas por melhores condições de trabalho, mas também pela atuação efetiva na política, lutando pela conquista de seus direitos e pela democracia. Os trabalhadores ferroviários foram uma das categorias que se organizaram e mobilizaram pela defesa do governo Goulart.

No entanto, é importante destacar a especificidade da classe ferroviária na luta pelos direitos trabalhistas ao longo da Primeira República (1889-1930): foram os primeiros trabalhadores urbanos a conquistarem a instituição das caixas de aposentadoria e pensão, em 24 de janeiro de 1923, com a Lei Eloy Chaves, além de desempenharem um importante papel nas mobilizações pela garantia de seus direitos<sup>3</sup>. Como contexto de retorno à democracia, com

---

<sup>2</sup>DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil** (1961-1964). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986, p. 51-52.

<sup>3</sup>Cf. BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário da Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000; FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. **Morigerados e revoltados: trabalho e**

o fim da ditadura varguista do Estado Novo, ocorreu o aumento da organização dos trabalhadores em sindicatos, associações e intersindicais, com destaque para as greves dos ferroviários contra a estatização e a arregimentação das estradas de ferro a partir da criação da Rede Ferroviária Federal, além das greves e manifestações pelo pagamento de salários atrasados, vencimentos e aposentadoria.

Neste sentido, seja por meio de organizações nacionais, como a Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários (presidida por Raphael Martinelli), de intersindicais, como o Comando Geral dos Trabalhadores e o Pacto de Unidade e Ação, de associações de classe ou de sindicatos, como o da Estrada de Ferro Leopoldina, a classe ferroviária participou ativamente nas reivindicações por mudanças políticas naquela década. A Greve da Paridade, em 1961, junto com os portuários e marítimos, a greve pela legalidade e posse de João Goulart, o apoio ao comício das Reformas de Base, além da realização de uma greve geral que paralisou os serviços da Leopoldina e Central do Brasil contra o golpe militar evidenciaram a organização da classe.

Com o golpe civil-militar, esses trabalhadores foram duramente reprimidos ao longo do regime. Nessa perspectiva, o objetivo deste artigo é analisar como o cotidiano de trabalho dos ferroviários foi alterado pela vigilância e repressão impostas pela ditadura, além de compreender qual a memória construída por esses trabalhadores sobre o período.

Foram entrevistados, individualmente, seis ex-ferroviários aposentados da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) que trabalharam na ferrovia durante os anos 1950 e 1980, sendo que esses entrevistados são identificados com as letras: UV, IV, EC, AS, MI e EL<sup>4</sup>. A partir da História Oral, será possível analisar os mecanismos utilizados por esses trabalhadores para se adaptarem à ruptura de seu cotidiano pelo autoritarismo, além de identificarmos as complexas relações construídas entre sociedade e regimes autoritários em articulação com o esquecimento, o silêncio e a naturalização da violência.

## **As relações entre a Rede Ferroviária Federal S.A. e a Ditadura Civil-Militar**

---

organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920). 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

<sup>4</sup> Cabe destacar que, os entrevistados trabalharam nas oficinas de Deodoro e de Engenho de Dentro e na sede D. Pedro II. Foram procurados 15 ex-funcionários da EFCB e, no entanto, apenas seis aceitaram conceder entrevistas mediante o sigilo de suas identidades. Desta forma, utilizamos as iniciais de seus nomes como siglas de identificação.

A mobilização operária em sindicatos, associações e intersindicais, entre os anos 1948 e 1964, demonstrou a crescente organização da classe trabalhadora em busca de seus direitos e de profundas transformações políticas e sociais. A articulação entre ferroviários, marítimos, portuários, bancários e aeroviários nas greves, entre 1960 e 1964, demonstrava a força de organização e luta dos trabalhadores, transformando-os em inimigos a serem combatidos pelo novo regime.

Neste sentido, a ditadura civil-militar – desde o governo do marechal Humberto Castelo Branco – instituiu medidas autoritárias para neutralizar a ameaça das greves e a infiltração comunista no sindicalismo, combatendo as principais lideranças. Demisthóclides Baptista e Raphael Martinelli, importantes líderes ferroviários, perderam seus direitos políticos por 10 anos. Batistinha foi exilado por dois anos no Uruguai, enquanto Martinelli ficou na clandestinidade até ser preso no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) de São Paulo, em 1970.

O regime iniciou uma “Operação Limpeza” a partir da promulgação do primeiro Ato Institucional (AI), em 9 de abril de 1964, construindo uma base legal repressora dentro do funcionalismo público, além de intervir em setores estratégicos com a justificativa de dar continuidade à “tarefa revolucionária” que a sociedade civil teria confiado aos militares. A imposição da nova legislação autoritária controlou o Judiciário, estabelecendo a cassação de mandatos eleitorais, a suspensão de direitos políticos e uma espécie de “caça aos comunistas”, com expurgos na burocracia civil e militar.

O decreto 53.897, de 27 de abril de 1964, instaurou a Comissão Geral de Investigações com a incumbência de realizar investigações sumárias nos ministérios. O objetivo da Comissão consistia em apurar crimes contra o Estado, a ordem política e social, ou atos de guerra revolucionária. A suspensão por seis meses das garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade permitiu que diversos funcionários públicos fossem afastados de sua posição, acusados de conspirar ou atentar contra a segurança nacional, ou seja, considerados subversivos e agitadores.

O relatório final da Comissão Geral de Investigações apurou o processo de atos de subversão e corrupção em institutos, caixas econômicas federais, delegacias regionais de imposto de renda, universidades e na Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Diversos processos foram encaminhados aos ministérios competentes como sugestão para que se instaurassem

processos ou inquéritos administrativos no futuro. Em apenas um mês, 248 funcionários da RFFSA foram aposentados, demitidos ou dispensados sumariamente pelo primeiro ato adicional. Para os diretores da Comissão, no caso da Rede Ferroviária, teria ficado comprovado “o apoio dos respectivos serviços à ação subversiva, com o emprego do pessoal em massa e desvio de recursos financeiros em detrimento do interesse público”<sup>5</sup>.

Além dos expurgos no setor público, o decreto nº 53.896 instituído por Castelo Branco determinou que a Rede e suas subsidiárias ficassem sob intervenção federal, em que o “Ministro da Viação e Obras Públicas e o Interventor diligenciarão no sentido de, no mais breve prazo, colocar a Empresa em condições de voltar à normalidade de seu sistema administrativo”<sup>6</sup>. Continuaram, assim, o processo de limpeza nos quadros de servidores, retirando os funcionários ligados à subversão.

Lidiane Friderichs demonstrou em sua pesquisa sobre os ferroviários rio-grandinos como a intervenção militar imposta pela ditadura atuou na Viação Férrea Rio Grande do Sul (VFRGS). A partir da perseguição às lideranças sindicais e do sucateamento da ferrovia, Lidiane apresenta como a repressão efetuada pela polícia política tinha o objetivo de controlar a classe trabalhadora, que, mesmo sob intensa vigilância, resistiu de acordo com as possibilidades do momento.

Além disso, Friderichs apresenta como os interventores escolhidos para presidirem a Rede Ferroviária e as suas subsidiárias na VFRGS incorporaram o discurso ditatorial no combate ao inimigo interno: a necessidade de se manter a ordem seria a única maneira e indispensável para a saída da crise econômica pela qual a empresa passava.

Os interventores da Rede faziam parte do Exército, a exemplo do Coronel da Arma de Engenharia Afonso Augusto de Albuquerque Lima, que foi o primeiro escolhido para assumir o cargo. Em mensagem aos ferroviários, Albuquerque Lima apresentou de forma direta como os trabalhadores passariam a ser tratados pela empresa:

Assim, não podemos admitir, que conduzida por indivíduos inescrupulosos, sem mérito para falar em nome dos ferroviários, seja a classe arrastada para as greves de caráter político, causadoras de incalculáveis prejuízos à economia nacional, agravando o já alarmante estado deficitário. [...] Aceito a conversa franca e sincera com os sindicatos organizados livre e democraticamente, isto é, a entidade de classe

<sup>5</sup> Arquivo Nacional. Fundo Comissão Geral de Investigações. BRAN, BSB AAJ. IPM. 945, p. 5/372.

<sup>6</sup> DECRETO nº 53. 896, 27 abr. 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53896-27-abril-1964-394220-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 07 nov. 2020.

que, de fato, a represente e não os habituais grupos promotores de graves distorções, que tantos males vem causando ao país<sup>7</sup>.

Assim como a historiadora demonstra, a mensagem do coronel deixa claro que a política adotada pela Rede não iria mais tolerar as greves políticas e o sindicalismo combativo que foram marcantes na década de 1960. Ao amparar-se no Ato Institucional de 9 de abril de 1964, Albuquerque Lima restabeleceu a “moralidade administrativa” nos setores da Rede Ferroviária, além de “banir do seu seio todos os maus brasileiros que contribuíram para perturbar a paz social, procurando subverter o princípio da legítima autoridade”.<sup>8</sup>

Além do primeiro AI e da intervenção militar na Rede, a ditadura também iniciou um processo de combate e controle aos trabalhadores por meio da intervenção em sindicatos e de modificações na legislação trabalhista. Assim como Heliene Nagasava apresenta, as intervenções em ministérios e sindicatos realizadas durante o governo de Castelo Branco foram utilizadas não apenas contra a “ameaça comunista, trabalhista e corrupta”, mas para construir novas leis em benefício do empresariado.

A gestão do novo ministro da pasta, Arnaldo Sussekind, foi significativa pelas “intervenções e prisões de sindicalistas, o expurgo de funcionários públicos, a execução da política de arrocho salarial, o fracionamento do 13º salário e a aprovação da Lei de Greve”<sup>9</sup>. O regime revogou os decretos aprovados no governo João Goulart, entre eles o aumento salarial aos servidores públicos.

No entanto, mesmo com o aumento da repressão, os ferroviários não deixaram de lutar contra a política autoritária imposta pela ditadura. Em preparação ao VIII Congresso Nacional de Ferroviários em Belo Horizonte, a categoria lançou um comunicado no jornal *A Voz Operária*, em setembro de 1966. Intitulado “a Ditadura contra os ferroviários”, esse comunicado denunciava as medidas de Castelo Branco, sendo possível identificar como a nova legislação representou a piora das condições de vida e a perda de direitos conquistados pela classe. Assim, os ferroviários denunciaram o corte do risco de vida e insalubridade; a anulação do aumento salarial de 80%, conquistado antes do golpe de 1964; o fim da licença-prêmio e

<sup>7</sup> Boletim do Pessoal nº 1-25, ano XXIII. Arquivo/caixa DP2/72. 15 abr. 1964. p. 176. *apud* FRIDERICHES, Lidiane Elizabete. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970)**. 2013. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2013, p. 108.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 111.

<sup>9</sup> NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)**. Jundiaí: Pacto Editorial, 2018, p. 47.

promoções; a exclusão das esposas de ferroviários, regidos pela CLT, do salário-família e a liquidação das férias de 30 dias.

É importante ressaltar o fato de os trabalhadores não culparem somente o regime pelas medidas, como também a própria Rede Ferroviária por convivência às políticas econômicas da ditadura:

Agora, alegam que não há verba. Mas as passagens e os fretes subiram em mais de 100%. E toda uma série de medidas de economia vêm sendo tomadas pela administração, indo até a liquidação de numerosos ramais. Na realidade, a política da Rede, é, da mesma forma que a da ditadura em geral, antipopular e antinacional. É contra os trabalhadores, isso já está bem claro. E, é também contra os interesses nacionais, é uma política de liquidação das estradas de ferro, para que o capital estrangeiro possa nos fazer gastar mais com seus caminhões e automóveis, com o consumo de gasolina, óleos e pneus. É uma política de encarecimento dos transportes, em prejuízo dos trabalhadores e da nação<sup>10</sup>.

Os trabalhadores denunciavam não apenas a deterioração de suas condições de sobrevivência e trabalho, mas também a ameaça existente contra o sistema ferroviário por meio da liquidação de diversos ramais em oposição ao investimento interno e externo no sistema rodoviário. O abandono das ferrovias, o aumento do valor das tarifas e o corte nos benefícios salariais faziam parte da modernização autoritária do governo iniciada com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG). Na verdade, representavam os interesses dos empresários em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

Por meio da elaboração de uma legislação autoritária, foram criados diversos mecanismos para diminuir o poder de luta da classe trabalhadora. Assim como aponta o sociólogo Marco Aurélio Santana,

estabelecem-se regras estritas para a ocupação do espaço sindical, com candidatos sujeitos à avaliação pelo Ministério do Trabalho e pela polícia política, e restringe-se o uso e o acesso aos recursos dos institutos de previdência, agora centralizados no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), cuja direção não se faria mais parcialmente sob o controle dos trabalhadores, como nos antigos institutos de pensão, e sim com a indicação direta pelo governo. No que diz respeito às mobilizações, apesar de uma suposta regulamentação e garantia do direito de greve, o que se deu de fato, foi a proibição do que seriam greves políticas e de solidariedade, quase que limitando a possibilidade de greves à cobrança de salários atrasados.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> A DITADURA contra os ferroviários. *A Voz Operária*, n. 20, set. 1966 *apud* FREDERICO, Celso (Org.). *A esquerda e o movimento operário (1964-1984)*. 1. ed. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.

<sup>11</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: *Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política*, Santa Catarina, v. 7, n. 13, 2008, p. 281.

Além do reforço no controle sobre o movimento sindical, as “leis do arrocho” controlaram os índices do reajuste salarial (relativo à média da inflação divulgada para os dois anos anteriores) e substituíram o mecanismo de estabilidade de dez anos de serviço pelo FGTS, incentivando a rotatividade da mão de obra e colocando fim a estabilidade do emprego<sup>12</sup>.

A legislação autoritária e as duras medidas de “saneamento econômico” implementadas pelo governo Castelo Branco contribuíram para a deterioração das condições de vida e de trabalho dos ferroviários, além do agravamento da crise na RFFSA, privatizada na década de 1980. Os ferroviários, além de enfrentarem um período de corte nos benefícios e a ausência de reajuste salarial com o arrocho, também tiveram que lidar com profundas alterações em seu cotidiano de trabalho devido às mudanças implementadas pela intervenção militar na administração das viações.

Para Alf Ludtke, a partir da História do cotidiano, podemos identificar as formas pelas quais os indivíduos considerados anônimos ou proeminentes se apropriavam das situações, sobretudo as que envolviam mudanças extremas, em que se encontravam, produzindo e reproduzindo em seu cotidiano as experiências, tornando-se, simultaneamente, objetos e sujeitos históricos<sup>13</sup>. Dito de outra forma, ao levarmos em consideração a reprodução da vida cotidiana em contextos de exceção e as demandas por sua normalização, podemos identificar como o cotidiano dos trabalhadores ferroviários da EFCB e EFL foi modificado pela repressão e pela vigilância interna e quais as estratégias implementadas por eles para se adaptarem a nova realidade, compreendendo-os como sujeitos ativos e não simples espectadores das mudanças.

A intervenção militar imposta à RFFSA também foi colocada em prática na Estrada de Ferro Leopoldina. A Leopoldina teve papel de destaque no movimento grevista durante os anos 1960, participando, junto ao Comando Geral dos Trabalhadores, Pacto de Unidade e Ação e Partido Comunista Brasileiro, das mobilizações pela legalidade e pelas reformas de base, além de ter organizado uma paralisação contra o golpe. A força do sindicato e sua capacidade de mobilização representavam para a ditadura uma ameaça, o que fica evidente a partir da demissão de 76 ferroviários, em outubro de 1964. No imediato pós-golpe, a Leopoldina sofreu com a pressão da polícia política para combater os últimos focos de resistência.

---

<sup>12</sup>MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 106.

<sup>13</sup> Cf: LUDTKE, Alf. De los héroes de la resistencia a los coautores: ‘Alltagsgeschichte’ en Alemania. **Ayer**: La historia de la vida cotidiana, Madrid, n. 19, 1995; LUDTKE, Alf. What is the history of everyday and who are its practioners? In: LUDTKE, Alf (Org.). **The History of Everyday Life**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.



Os jornais veiculavam planos subversivos “encontrados” pela polícia, relacionando lideranças ferroviárias com atos contrários à segurança nacional na estação Barão de Mauá: “na própria sede daquela ferrovia elementos armados ficaram alojados no 1º andar do edifício, dispostos a fazer frente a qualquer ameaça de ocupação da Leopoldina por forças legais.”<sup>14</sup> Liderado por Heber Maranhão, Batistinha, Rafael Martinelli e outros, o plano teria sido sustado pela ação policial com a prisão dos envolvidos, exceto Martinelli, que se encontrava foragido. No entanto, a repressão contra a categoria não contou apenas com a participação estatal, mas com a colaboração da própria Rede Ferroviária.

No fundo documental *Polícias Políticas*, foi encontrado um relatório sobre as ocorrências na EFL no período de 6 a 12 de abril de 1964, que foi encaminhado ao Departamento Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro e ao Ministério da Guerra. A Comissão Militar da Rede, seguindo as orientações do Ministério da Guerra, teria o objetivo de identificar as lideranças combativas e neutralizar as ameaças à “revolução” em curso.

O relatório do tenente-coronel Antonio Joaquim da Silva Neto apresenta as ações realizadas para levar a ferrovia de volta à “normalidade”: visitas secretas às oficinas no trecho da linha Caxias-Triagem; realização de processos e inquéritos sobre desvio de armas junto ao chefe da polícia ferroviária e ao diretor da EFL; afastamento de chefes comunistas das direções; coleta de dados quanto ao comportamento dos líderes comunistas nos focos do interior da estrada; acionamento do serviço secreto de todas as direções para conter sabotagens; visitas à gráfica da Leopoldina para impedir o seu uso indevido; localização dos funcionários fugitivos para se apresentarem ao trabalho e justificarem seus atos<sup>15</sup>.

Para que a ação de repressão fosse eficaz, o tenente-coronel afirma ter sido necessário abrir os portões da EFL para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que passava a ter ação direta na figura do chefe de polícia da Leopoldina, o sr. Moacyr. Com isso, dando continuidade permanente à missão, o chefe de polícia realizaria sindicâncias e demais expedientes da lei, contando com “força para reprimir ações subversivas e apurar responsabilidades daí por diante”<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Correio da Manhã, 24 abr. 1964. Fundação Biblioteca Nacional, Hemeroteca Digital, edição A21795

<sup>15</sup> COMISSÃO Militar da Rede nº 1. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40525, folha sem numeração, p. 1.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 3.

A repressão também possibilitava meios de se ganhar benefícios para alguns trabalhadores. O tenente-coronel afirma que “foram exonerados dois chefes de oficinas, com a recomendação dos antigos, que eram ótimos e sofreram injustiças de chefes comunistas fugidos”. O ato de colaborar com os órgãos repressivos fazia parte do discurso veiculado pela Doutrina de Segurança Nacional, uma vez que assegurá-la seria responsabilidade de todos os cidadãos. Ao se apropriarem dos valores dessa doutrina, os trabalhadores poderiam obter ganhos materiais, ou seja, denunciar companheiros de trabalho representava uma oportunidade de ascensão socioprofissional, podendo o denunciador ocupar o cargo que antes pertencia a algum desafeto.

Ao final do relatório, o tenente Silva Neto julga o seu trabalho finalizado, considerando que a “Leopoldina roda presentemente livre de pressões, havendo pequenos focos que se extinguirão a base de vigilância e assuntos policiais”<sup>17</sup>. Para dar continuidade a vida administrativa e social da ferrovia, Neto julgava ser urgente a nomeação de um diretor efetivo ou interventor para coordenar a administração e a segurança, dificultando a retomada comunista na Leopoldina<sup>18</sup>.

No entanto, a legislação autoritária e a nomeação de interventores não foram os únicos mecanismos implementados pelo governo para controlar os trabalhadores. As forças armadas também não foram utilizadas como o único braço armado da repressão, embora fosse o principal. Assim como demonstra Mariana Joffily<sup>19</sup>, os militares contavam com o apoio da Polícia Civil e dos Departamentos de Ordem Política e Social, instituições que tornaram-se referência no combate à dissensão política, aos movimentos dos trabalhadores e ao comunismo.

Os setores de segurança da RFFSA respondiam diretamente à Divisão de Serviço e Informações do Ministério dos Transportes. Quaisquer denúncias ou informações concernentes à Rede Ferroviária eram repassadas ao Serviço Nacional de Informações (SNI), que, ao julgar a veracidade e a importância da informação, difundia um informe às autoridades competentes. Neste sentido, todos os órgãos de segurança da Rede colaboraram com os departamentos de segurança estaduais, contando com a ação de agentes e de investigadores ferroviários responsáveis tanto pela segurança interna das subsidiárias da empresa quanto pelo

---

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 4.

<sup>18</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>19</sup> JOFFILY, Mariana. O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento. In: AARÃO, Daniel; MOTTA, Rodrigo Patto Sá; RIDENTI, Marcelo. (Org.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 159.

monitoramento de seus funcionários, colaborando, assim, com o regime no combate à subversão e aos crimes contra a segurança nacional.

O caso do setor de segurança da Estrada de Ferro Leopoldina é expressivo, pois o setor colaborava com o Departamento de Polícia Política e Social (DPPS) de Campos nas investigações passadas pelo Setor de Informações e Contrainformações da RFFSA. A Seção de Informações e Contrainformações da Leopoldina foi chefiada pelo general Bruno Castro da Graça. Essa seção era encarregada não só de relatar problemas na área da segurança interna da ferrovia, mas também de identificar e monitorar os possíveis “inimigos da Revolução” por meio da guarda ferroviária das estações.

Na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional e da lógica militar, era preciso empregar uma nova forma de combate à subversão no país, uma vez que o inimigo poderia ser *qualquer um* naquele contexto. Assim como demonstra Mariana Joffily, o inimigo

provinha de cidadãos comuns, imbuídos de ideais comunistas, e empregava métodos com persuadir a população pela propaganda revolucionária, organizar ações de desestabilização do governo, preparar a guerrilha, criar zonas deflagradas. O inimigo era interno, a guerra, não convencional, as estratégias, difusas e disseminadas no seio da população civil<sup>20</sup>.

Neste sentido, a Seção de Informações e Contrainformações da Leopoldina recolhia informações sobre a atuação de seus funcionários por meio do trabalho conjunto desenvolvido entre seus agentes de segurança ferroviária e a polícia política da região. O DPPS de Campos contava com o auxílio da guarda ferroviária na prevenção de possíveis atos de subversão que pudessem ocorrer nas estações ou na apuração sobre as atividades de elementos considerados estranhos à ordem revolucionária.

Em carta escrita em 03 de dezembro de 1969 por Laurindo Viana (agente de segurança ferroviária em Macaé) ao chefe do Destacamento de Polícia de Campos, observamos o relatório de uma operação que foi efetuada na Estação de Macaé da Estrada de Ferro Leopoldina e que teria sido previamente autorizada pela Seção de Informações e Contra Informações.<sup>21</sup> Como demonstra a carta reservada, o Posto Policial Ferroviário de Macaé foi designado pelo DPPS-Campos e pela SICI da EFL a cumprir, de forma sigilosa, a missão de fixar cartazes com fotos

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 161.

<sup>21</sup> É importante destacar que os agentes de segurança ferroviária eram funcionários da RFFSA e tinham a função de fiscalizar as ferrovias da empresa e evitar crimes nas estações. Eram lotados nos Postos Policiais de cada região sob a administração da Rede.

de subversivos procurados pela polícia na Estação de Macaé e na oficina de Imbetiba. Essa ação tinha por objetivo que o maior número de pessoas pudesse tomar ciência da procura desses elementos, além de identificar eventuais suspeitos, já que os agentes de segurança deveriam tomar “todas as medidas, caso necessário, contra o elemento que tentasse destruí-lo”<sup>22</sup>.

Após a conclusão da missão, Laurindo Viana afirma ter sido procurado pelo agente externo Amaro Plácido Pinheiro para que pudesse comparecer ao gabinete do agente-chefe Paulo da Cruz Coutinho. Dentro do gabinete, o funcionário teria dito a Laurindo:

que quando eu quisesse mandar colocar cartazes na plataforma da Estação procurasse dar sempre obediência ao Agente de serviço externo e que ele estava pronto para jogar algumas latas d’água, retirando tudo enquanto era cartazes colocados à sua revelia.<sup>23</sup>

De acordo com o documento, num primeiro momento, Laurindo teria negado toda a ação, uma vez que se tratava de uma operação sigilosa, exigindo que o funcionário Amaro apresentasse o nome do informante que atribuiu a responsabilidade daquela operação ao agente de segurança. A partir da negação do funcionário em revelar a identidade do informante, Paulo da Cruz Coutinho (agente chefe do Posto de Macaé) esclareceu ao funcionário que toda a ação teria sido autorizada por ele, que, embora Amaro fosse o agente externo de serviço naquela noite, não repassara a este a missão por se tratar de um caso sigiloso e que, por ser o chefe dos agentes lotados na região, teria plena autoridade para realizar tal ação.

Para o agente Laurindo, a reação do funcionário Amaro seria duvidosa, pois o mesmo

queria era mesmo fazer desaparecer aqueles cartases [sic] da Estação como uma demonstração inequívoca de solidariedade aos assassinos bandidos retratados, para assim evitar que o público em geral tomasse ciência de seus crimes cruéis [sic]<sup>24</sup>.

Com isso, é possível perceber como, dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a noção de guerra total contra o inimigo interno é recuperada nesse documento, uma vez que ninguém estaria acima de qualquer suspeita, nem mesmo os próprios agentes de segurança. Na carta, o agente de segurança afirma ter sido bem-sucedido em sua operação na oficina de Imbetiba, contando com a colaboração de Jorge Loureiro, engenheiro-chefe daquela oficina.

---

<sup>22</sup> Arquivo Nacional. Fundo Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima. BR. AN. BSB. AQ. 001\_021.

<sup>23</sup> *Idem*.

<sup>24</sup> *Idem*.

Afirmou, ainda, que “achou ótimo aquele serviço de divulgação dos elementos terroristas, para que o Brasil inteiro conheça a sua selvageria”. Ao final da carta, despede-se: “qualquer novas irregularidades que venham a ser notadas, oriundas dos cartazes, darei incontinentemente eficiência a essa Chefia, pois, estamos sempre de olhos abertos em defesa da ordem e da tranquilidade da família brasileira.”<sup>25</sup>

O uso de palavras como “crueldade”, “selvageria” e “terrorismo” são colocados em oposição aos termos “ordem”, “tranquilidade” e “família brasileira”. Conceitos arraigados no imaginário anticomunista, essas características negativas atribuídas aos “assassinos bandidos” seriam valores externos àqueles defendidos pelos verdadeiros membros da família/sociedade brasileira.

O historiador Rodrigo Patto Sá demonstra que tal imaginário se concentrou em apontar aspectos negativos na doutrina e na prática comunista com o objetivo de convencer a sociedade da importância de se combater essa ideologia. Reunindo uma gama de adjetivos que desqualificavam os comunistas, esse discurso identificava esses agentes à imagem da maldade, da doença, da paranoia, do assassinato e da selvageria, “classificando-os como bichos assustadores, traiçoeiros, repelentes e às vezes asquerosos” que se aproveitavam da fragilidade dos organismos sociais para atacá-los<sup>26</sup>.

O Setor de Segurança da EFL também se preocupava em manter uma ficha atualizada dos funcionários ligados ao Sindicato dos Ferroviários, além de manter vigilância constante sob os funcionários em atividade sindical que fizessem campanha eleitoral nas estações e nas oficinas da ferrovia. O controle de sindicatos e ministérios (como o do trabalho), a prisão de lideranças, a implementação de inquéritos policiais militares e a ação dos órgãos de segurança e informação tiveram grande impacto na luta e na organização operária, incorporando a esfera autoritária e a comunidade de informações no cotidiano da Rede Ferroviária Federal e em ferrovias, como a Estrada de Ferro Central do Brasil.

O relato do ferroviário aposentado IV sobre a repressão aos sindicatos no imediato pós-golpe nos ajuda a compreender melhor como a repressão ao movimento operário foi sentida por segmentos da classe. O ferroviário IV tinha seu posto de trabalho no setor elétrico da oficina de Engenho de Dentro, estação pertencente a EFCB. Sobre a relação com o movimento sindical,

---

<sup>25</sup> *Idem.*

<sup>26</sup> Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

afirmou não fazer parte de nenhum sindicato ou associação, embora tenha participado da greve da paridade:

A gente fez muita greve para ganhar o que queria. Fizemos o ‘Paridade ou Greve’ em frente ao Teatro João Caetano. O problema foi quando estourou a Revolução de 64. Foi caça, o sindicato da Central, foram todos eles caçados. Eu não, porque você pra ir ao sindicato, você era obrigado a assinar o livro de presença na reunião, aquilo eu não topava. Colocar meu nome no livro? Mas não vou mesmo... Porque na hora do pega rabo, pegaram eles primeiro<sup>27</sup>.

O medo de estar sendo vigiado ou de sofrer qualquer tipo de punição por envolvimento com o sindicato afastava diversos trabalhadores, que preferiam não se envolver diretamente na organização de assembleias e greves ou, até mesmo, não se envolver de forma alguma com as atividades sindicais. A repressão policial sempre coibiu as “agitações operárias” no país, uma vez que a Lei de Segurança Nacional de 04/04/1935 classificava a greve como delito no funcionalismo público e nos serviços inadiáveis.

Além disso, os funcionários públicos não tinham direito à sindicalização, o que dificultava a organização sindical em empresas estatais, como no caso da EFCB. Apenas com a criação da Rede Ferroviária Federal e a migração para o regime de CLT foi possível o início da mobilização em torno da criação do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias da Zona Central do Brasil.

Mesmo antes do golpe civil-militar já existia cautela em relação à participação no movimento sindical. Embora IV participasse de greves, passeatas e reuniões, ou seja, tivesse algum nível de engajamento político, tinha cuidado em não produzir provas que, futuramente, pudessem ser usadas contra ele. Ao não assinar o livro de presença, IV garantiria seu emprego e liberdade em meio à possibilidade de punição policial.

O controle sobre o movimento operário foi aumentando na medida em que a ditadura criava leis para reprimir o poder de ação dos trabalhadores. O primeiro AI e a intervenção federal deram plenos poderes ao presidente e aos diretores da Rede para instaurar uma Comissão Geral de Inquérito (CGI) em todas as subsidiárias da empresa com o objetivo de apurar o envolvimento de servidores em atos de subversão. Os principais alvos eram os líderes sindicais, visados pela mobilização política crescente no período anterior ao golpe.

---

<sup>27</sup>Entrevista com IV, concedida em 07 de maio de 2017.

No fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar, do Arquivo Nacional, identificamos cinco Inquéritos Policiais Militares (IPM) envolvendo ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil. Por meio da análise desses documentos, percebemos como a relação entre a RFFSA e a ditadura não estava restrita apenas à atuação dos interventores. A Rede possuía o Departamento de Segurança, encarregado da segurança interna da empresa e de suas subsidiárias. O departamento contava com setores de segurança e de contrainformações localizados nas estradas de ferro da empresa, como era o caso da EFCB e EFL.<sup>28</sup>

Cada setor era composto por policiais e agentes ferroviários cujo trabalho consistia em garantir a ordem e o funcionamento das estradas de ferro, como também em averiguar informações passadas pelos órgãos de segurança nacional, como o Centro de Informações do Exército, o Centro de Informações da Marinha e o Serviço Nacional de Informações. Assim, esses setores investigavam funcionários e as relações que mantinham dentro e fora do local de trabalho, reuniam fichas biográficas e de atividades políticas e repassavam as informações para os órgãos de polícia política ou de informação competentes.

O Departamento de Segurança respondia não apenas ao presidente da Rede Ferroviária, mas também ao próprio Ministério do Transporte. Assim como demonstrou Carlos Fico, cada ministério civil contava com uma Divisão de Segurança e Informações (DSI). As DSI eram subordinadas ao Serviço Nacional de Informações e, sempre que este acreditasse ser necessário, poderiam ordenar àquelas a averiguação das informações recebidas<sup>29</sup>. Como a RFFSA era uma empresa de economia mista, seu Departamento de Segurança também respondia às ordens da Divisão de Segurança e Informações do Ministério dos Transportes.

No fundo citado, foram encontrados documentos que demonstram a ligação da RFFSA com a comunidade de informações criada pelo regime. Os ferroviários Cleto Ferreira de Souza, Altivo Ferraz da Silva, José Lazarini e Altamiro da Rocha Martins da EFCB responderam a dois inquéritos policiais militares diferentes.<sup>30</sup> O primeiro IPM foi realizado em setembro de

---

<sup>28</sup> Não foi possível identificar no fundo documental da RFFSA, sob a guarda do Arquivo Nacional, em qual momento foi criado o Departamento de Segurança na Rede. Nos informes trocados entre a DPS e a EFCB durante os anos 1950-1960, não aparecem menções ao Departamento de Segurança ou às Seções de Informação e Contrainformações. As informações sobre possíveis movimentos grevistas e atitudes suspeitas dentro da ferrovia eram trocadas entre o chefe de polícia da DPS ou DOPS e o diretor da ferrovia. Essa documentação se encontra do fundo DPS do APERJ.

<sup>29</sup> FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 78-79.

<sup>30</sup> Arquivo Nacional. Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar. BRAN, BSBAAJ.IPM.612, p.1/207., BRAN, BSBAAJ.IPM.613, p.1/165., BRAN, BSBAAJ.IPM.614, p.1/139 e BRAN, BSBAAJ.IPM.615, p.1/50.

1964, sendo proposto pela Comissão Geral de Inquérito da RFF para enquadrar os funcionários considerados subversivos segundo o Ato Institucional nº1. Já o segundo inquérito foi realizado pela Delegacia de Polícia de Três Rios para apurar casos de subversão na cidade, onde o nome dos ferroviários da Central do Brasil foi identificado.

A partir de informações passadas pelo I Exército à DSI do Ministério dos Transportes, o ministro Mário Andreaza ordenou que fosse instaurada pelo presidente da Rede, general Gustavo Adolfo Manta, uma Comissão de Investigação Sumária para averiguar as denúncias e reunir informações sobre as atividades dos servidores na EFCB a fim de enquadrá-los no Ato Institucional nº 5. Não cabe aqui apurarmos a veracidade das denúncias contra os servidores, mas observar que, através da análise desses documentos, podemos compreender melhor a atuação dos setores de segurança da RFF e sua íntima relação com a vigilância e repressão da ditadura.

### **O cotidiano de trabalho sob a repressão: memória, esquecimento, naturalização da violência.**

O controle sobre o movimento operário, a prisão das principais lideranças sindicais, a instauração de IPM, a vigilância do Setor de Segurança e a intervenção militar na RFFSA demonstram como a violência estatal estava articulada ao âmbito privado, ou seja, como a Rede Ferroviária também incorporou a esfera de vigilância e repressão do regime para neutralizar, controlar e desencorajar seus funcionários.

Os ferroviários entrevistados demonstraram não participar de sindicatos e associações ferroviárias. Nesse sentido, falas como “nunca me liguei nessas coisas, não gostava, sempre fui afastado, não me interessava”<sup>31</sup> ou até mesmo “eu não era contra, achava que tinha que ter. Era mais por falta de tempo, de motivação”<sup>32</sup> se fizeram comuns.

Assim como demonstra Antonio Cazorla Sánchez, devemos levar em consideração o papel desempenhado pela repressão ao instalar o medo e o pessimismo na população em geral com o assassinato de líderes sindicais e com a destruição de organizações genuínas e representativas, contribuindo para criar uma força de trabalho acessível e disciplinada. No

---

<sup>31</sup> Entrevista com EC, concedida em 06 de abril de 2018.

<sup>32</sup> Entrevista com AS, concedida em 28 de maio de 2019.



entanto, não se trata em apontar uma paralisia dos ferroviários frente à violência e à repressão do Estado “todo poderoso”, mas de verificarmos como o pessimismo coletivo e a repressão resultaram em comportamentos ambivalentes e diversos entre os trabalhadores ferroviários em meio a um contexto autoritário<sup>33</sup>.

Desta forma, o cotidiano de trabalho era tratado como questão política e de segurança nacional pela polícia política e pela comunidade de informações. Além da substituição de diretores por coronéis do Exército e a escolha de interventores, a ditadura integrava o dia a dia dos ferroviários com militares ocupando diversos postos de serviço com o objetivo de controlar e desencorajar a rearticulação operária. O ferroviário aposentado UV relata que a presença de militares em Deodoro era recorrente:

Em Deodoro, muitas vezes, eu entrei na oficina e tinha soldado de fuzil tomando conta da gente. Entrava tranquilo, marcava meu cartão, almoçava, trabalhava e ia embora. Não estava nem aí para isso. Eu não sei se era para a gente ser protegido ou se era para impor a lei, mas, como eu não tinha nada de afetado, não tinha nada disso. Eu fui criado igual ao meu avô e meu pai, minha família toda foi ferroviária... nosso negócio era trabalhar e ponto. [...] Ninguém foi atingido na nossa oficina. Os caras [militares] chegavam lá, faziam amizade, viram que a gente tinha uma quadra lá, chamava a gente para jogar futebol com eles. Tudo tranquilo. Se precisasse de um caminhão de mudança era com eles mesmo, tô nem aí... era um bom ambiente, não tenho nada para falar disso<sup>34</sup>.

No entanto, a presença de militares nos locais de trabalho não era necessariamente vista como uma ameaça ou parte da intervenção militar imposta pelo governo. O ajustador MI, que trabalhava na mesma seção que UV, afirmou não ter ocorrido intervenção militar em Deodoro:

a gente não sofreu pressão nenhuma. Continuamos jogando nossa pelada, fazendo nossas brincadeiras, nossos biscates. Essa intervenção é no meio militar, quando o cara suspende garantia e qualquer coisa prende. Lá [na oficina] continuou a mesma coisa, as mesmas pessoas mandando. Não houve diferença nenhuma<sup>35</sup>.

Portanto, segundo MI, a intervenção militar e a repressão não teriam nada a ver com os trabalhadores, ou seja, estaria restrita ao meio militar. Já a fala do torneiro mecânico UV nos revela que a presença de militares armados na oficina não o incomodava, uma vez que ele “não tinha nada de afetado”<sup>36</sup>, ou seja, não era envolvido em nenhum ato subversivo, não tinha feito

<sup>33</sup> SÁNCHEZ, Antonio Cazorla. **Fear and progress: ordinary lives in Franco's Spain (1939-1975)**. Oxford: Blackwell-Wiley, 2009, p.15.

<sup>34</sup>Entrevista com UV, concedida em 29 de maio de 2017.

<sup>35</sup> Entrevista com MI, concedida em 21 de novembro de 2018.

<sup>36</sup> Entrevista com UV, concedida em 29 de maio de 2017.

nada para temer – ou até mesmo merecer – a retaliação deles. Longe de ser entendida como uma relação conflituosa, UV afirma que os servidores construíram uma relação amigável com os militares, jogavam futebol e trocavam favores.

Podemos perceber que a presença de militares armados com fuzil apenas poderia ser considerada ruim para uma pessoa que tivesse feito algo para temer tal figura. Por estar inserido numa cultura de normalidade, ou seja, ser apenas um ferroviário preocupado em trabalhar assim como lhe foi ensinado pelo pai e avô, UV não julgava ser um alvo da ditadura, não temendo a presença de militares armados.

No entanto, a repressão fazia parte do cotidiano de trabalho dos ferroviários, que eram monitorados de perto pelos agentes da seção de segurança das ferrovias. Em carta enviada ao chefe do Serviço de Segurança Nacional da RFFSA, Rubem Mariano Cordeiro – chefe do Serviço de Investigação e Policiamento da EFL – apresenta os resultados da sindicância denominada “Operação Tartaruga”. Cordeiro afirmou que diversos agentes percorreram oficinas das estações de Campos, Niterói, Barão de Mauá e Praia Formosa, constatando que poucos ferroviários se encontravam trabalhando, enquanto a maior parte estava conversando em grupinhos e não deram a mínima importância para a presença dos agentes.

Além da conversa em grupo no local de trabalho, relatam que no Setor Diesel de Triagem havia morosidade e brincadeira em serviço, alguns empregados atiraram estopas sujas nos que trabalhavam, sendo que dois empregados brincavam equilibrando vassouras e, quando as ditas caíam sobre os que trabalhavam, ocorriam risadas etc. Na oficina Mecânica de Barão de Mauá, poucos empregados estariam trabalhando, enquanto muitos conversavam e quatro foram vistos jogando Damas na calçada dos vestiários e banheiros que “fora habilmente desenhada na própria calçada” do Setor Diesel. Nas oficinas de Niterói, foram encontrados funcionários alheios aos serviços “sentados em vagões estacionados no pátio.”<sup>37</sup>

As brincadeiras e conversas durante o horário de trabalho representavam para o regime uma quebra de ordem e produtividade, sendo atitudes que deveriam ser combatidas, uma vez que não eram representativas do verdadeiro trabalhador brasileiro, comprometido em ajudar o país a crescer. No limite, a conversa e o lúdico são também formas de conviver e se adaptar a uma realidade de exceção e, por isso, deveriam ser reprimidas.

---

<sup>37</sup> Informação nº 34/65. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo Polícia Política (DOPS), notação 40441, folha sem numeração, p. 1-2.

Os chefes dos setores das oficinas, bem como os agentes ferroviários, combatiam tais atitudes. No entanto, entre os próprios funcionários da Rede, esse tipo de comportamento também era visto como algo inadequado. O ex-ajustador MI afirma que a relação estabelecida com os chefes em Deodoro era de amizade e os engenheiros não eram vistos como patrões ou até mesmo figuras a serem temidas:

A gente gozava da confiança do chefe e da estima dos chefes, não tinha por que ter medo. Agora, o cara que era mau caráter, que era perseguido, esse podia se queimar. Tinha um engenheiro alemão na outra oficina de trens, o doutor Hans, ele andava de macacão. O pessoal ficava pelos vagões para fumar. Ele entrava no vagão, os caras falavam: “tem uma cachacinha aí, tô aqui escondido, o alemão não me pega nunca”. Mas estavam falando com o alemão! [risos] O alemão de macacão parecia um mecânico, ele não andava de terno na oficina. Até o pessoal descobrir isso, ele pegou muita gente. Ele via os flagrantes<sup>38</sup>.

Para MI, os ferroviários que não seguiam o regimento da oficina – ou seja, que não cumpriam as ordens de serviço e ficavam passeando, fumando e conversando – eram vistos como “maus-caracteres”, sendo então *justificável* a perseguição que poderiam sofrer de seus chefes. A fiscalização do comportamento e das atitudes durante o horário de serviço fazia parte da estratégia repressora do regime e da RFFSA para neutralizar e controlar os trabalhadores.

Os entrevistados lotados na oficina elétrica de Engenho de Dentro, embora afirmem não terem sido afetados pela repressão ou terem testemunhado algo do tipo acontecendo em sua oficina, demonstraram ao longo da entrevista que se comportavam de forma diferente em seu ambiente de trabalho.

O ex-ajustador EL afirmou: “tinha intervenção e um desconhecido que mandava, não era gente do metiê. Aí a pessoa não poderia ficar se abrindo, conversando demais. Mas eu sempre tive precaução nesse caso, não fui atingido não”<sup>39</sup>. O ex-eletricista IV, que trabalhava no Setor Diesel da oficina, afirmou ser necessário ter cautela durante o trabalho:

Aquele cara trabalhando ali no setor, estava trabalhando, mas estava de antena ligada em você. Às vezes, as pessoas saíam para almoçar, saíam para o café e não voltavam. Porque já estavam de olho em você, que você era contra. Se você comentasse muito, conversasse com o seu colega, metesse o pau, tu era... A gente tinha que ficar quietinho, não falar nada e cumprir o que tem que cumprir, porque se você falasse alguma coisa, está arriscado você... e eu tinha problema, casado, com dois filhos pequenos, não podia estar... não podia dar opinião. Vou fazer o que? Não podia fazer nada. Era cumprir o que tem que cumprir e ficar na dela, tinha que trabalhar e não

<sup>38</sup> Entrevista com MI, concedida em 21 de novembro de 2018.

<sup>39</sup> Entrevista com EL, concedida em 21 de dezembro de 2018

faltar. [...] Não podia reclamar se você estava sendo prejudicado ou não, não tinha meio de reclamar. Tinha que aguentar e obedecer<sup>40</sup>.

Diante da necessidade de manter o emprego e sustentar a família, muitos trabalhadores se adaptavam às dificuldades impostas pelo contexto autoritário. Em meio à preocupação de estarem sendo vigiados, os funcionários evitavam os assuntos sobre política e críticas ao trabalho. Para se adaptarem à realidade de exceção, era necessário cumprir as regras, trabalhar e não faltar. Qualquer desvio de norma ou organização de movimento reivindicativo contra essas medidas eram considerados errados. Em meio àquela ruptura no cotidiano de trabalho, o ferroviário IV ainda afirmou, em tom de desaprovação, sobre a atuação dos colegas ligados ao meio sindical:

É o seguinte, eu não gosto de desordem. Se você não arranjar conversar, dialogar, não adianta você fazer. Se você não levar no bem, no peito não vai levar. Eles não vão deixar. Uma, que eles têm determinada autoridade. Segundo que ele é superior a você. Então, você não tem meio de ir contra ele, não tem...<sup>41</sup>.

A fala de IV nos mostra como a imagem do “verdadeiro trabalhador brasileiro”, prezada tanto pela ditadura como pelos interventores da Rede, era apropriada pelos operários como uma forma de se enquadrarem numa cultura de normalidade: era necessário cumprir as ordens, ficar quieto e trabalhar. Sendo assim, os que faziam o contrário e tentavam dar fim à ordem instituída iriam fracassar e, logo, não haveria sentido em resistir às medidas impostas pelo regime.

A relação entre os trabalhadores ligados ao sindicato e os que não eram adeptos também era marcada por tensões. MI afirma que na ‘pré-revolução’, ou seja, durante o governo Jango, os comunistas faziam comícios em horário de trabalho, Os caras que eram mal elemento na oficina, mal elemento eu digo aquele cara que não sabe fazer nada, foge para almoçar mais cedo, manda alguém marcar o cartão dele e não vem, que não sabe fazer nada. O cara iria ser perseguido pelo chefe. Hoje ou amanhã, ele iria entrar para a lista negra. Aí, ia ser da CIPA ou do sindicato, tinha imunidade. Então os representantes eram feitos da escória dos operários. Eu vou ser representado por essa escória de mal elemento? Como você vai ter em sua defesa os piores elementos do setor? Além da política. Você ia lá no sindicato, estava todo mundo de camisa vermelha e barbudo. Que palhaçada era aquela? O uniforme do sindicato era camisa vermelha e barba, à moda Fidel Castro<sup>42</sup>.

Em certa medida, percebe-se pela fala dos entrevistados como a repressão a esses trabalhadores era justificável pela própria atuação deles: faziam desordem, tumulto e anarquia;

---

<sup>40</sup> Entrevista com IV, concedida em 07 de dezembro de 2017.

<sup>41</sup> Entrevista com IV, concedida em 07 de maio de 2017.

<sup>42</sup> Entrevista com MI, concedida em 21 de dezembro de 2018.

comportavam-se como maus elementos; não trabalhavam; vestiam-se como Fidel Castro. No entanto, essas memórias são mediadas pelos conflitos do tempo presente, em que MI constrói uma imagem dos ferroviários ligados ao sindicalismo levando em consideração a figura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nos anos 1980, enquanto líder dos metalúrgicos. Segundo esse ponto de vista, por representarem a “escória dos operários”, os trabalhadores sindicalizados deveriam ser perseguidos.

Assim como Nilson Borges apresenta, a Doutrina de Segurança Nacional baseava-se na noção de guerra permanente, criando uma fronteira ideológica no interior da nação que separa não um Estado-nação de outro, mas *um povo de outra parte do povo*. A guerra contra o inimigo comum não seria imposta somente ao governo e aos aparelhos de segurança e informação, como também à sociedade civil, que deveria estar enquadrada nas exigências de uma guerra interna, psicológica e antissubversiva contra um inimigo comum.

O terror e a guerra total não deixariam espaço para a neutralidade e eram utilizados com o objetivo de intimidar o inimigo e dissuadir os indecisos. Aniquilava-se moralmente o inimigo interno, que poderia ser *qualquer um*, separando-o dos demais cidadãos, além de assegurar a não oposição ativa contra o projeto político da doutrina.

Neste sentido, podemos constatar como a fala dos ex-ferroviários IV e MI incorporava a política da DSN ao separarem os verdadeiros trabalhadores, que acatavam as ordens e trabalhavam corretamente, dos que seriam “maus elementos”, “escória dos operários”, aqueles que “fugiam do serviço”, “faziam desordem” e eram membros de sindicatos. Nesta perspectiva, assim como aponta Borges:

Com base numa tipologia que distingue os inimigos, os indecisos e os neutros dos engajados, o esforço da Doutrina de Segurança Nacional visa desmoralizar o inimigo, a produzir deserções, a criar o silêncio, a fazer cooperar (delatar) e a fazer aderir às políticas do Estado<sup>43</sup>.

Somado a isso, devemos levar em consideração que no final da década de 1960 iniciava-se uma nova fase da política econômica e de combate às dissidências. Era necessário dar um basta à recessão e à tentativa de rearticulação dos movimentos sociais, insatisfeitos com o autoritarismo e a permanência da crise econômica. O ano de 1968 foi marcado por grandes

---

<sup>43</sup> BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano: o tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, p. 28.

manifestações sociais – principalmente estudantis –, pela prisão e assassinato de vários jovens, pela repressão às manifestações e à tentativa de rearticulação do movimento operário a partir de greves como as de Osasco e Contagem.

No entanto, esses movimentos sofreram uma dura derrota em dezembro do mesmo ano com o aumento da repressão e a suspensão de direitos básicos a partir da decretação do Ato Institucional número 5, iniciando os “anos de chumbo” e o aumento sistematizado da repressão contra os opositores do regime. Durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), observamos como a legalização da tortura, a expansão do terror e da espionagem e o desaparecimento de pessoas invadiram o cotidiano da sociedade.

Longe de estar escondida nos porões da ditadura – ou da Rede Ferroviária Federal –, a violência estatal fazia parte do dia a dia dos trabalhadores. Como já foi discutido ao longo deste artigo, foi instaurada uma Comissão Sumária de Investigação na RFFSA para enquadrar no AI-5 servidores acusados de subversão, reunindo documentação tanto dos departamentos estaduais de segurança como do setor de segurança nacional da EFCB.

Para os ex-ferroviários entrevistados, a convivência com esses anos de chumbo foi marcada por esquecimentos e silêncios. Ao longo das entrevistas, afirmavam não terem sentido ou presenciado a repressão e a vigilância no dia a dia de serviço. O torneiro mecânico aposentado EC afirmou que na oficina de Deodoro “não tinha militar lá. Era a mesma coisa, não mudou nada. Ainda bem né. Aquele militarismo foi coisa rápida, não foi tão rígido assim não” e que

nunca me liguei a nada disso. Ia do trabalho para casa e só. A função era trabalhar. [...] No nosso setor não tinha esse tipo de bagunça, que tinha que fazer greve. Eu apaguei aquilo lá. Não queria saber disso não, fazer bagunça<sup>44</sup>.

O ajustador mecânico aposentado AS afirma: “não vi nada de repressão, nunca ouvi falar nada. Eu lembro que houve protestos, mas assim mesmo não houve violência, não lembro não. A gente vai ficando velho, a memória falha, não lembro disso não”<sup>45</sup>.

A análise de Luisa Passerini a respeito da memória construída por operários de Turim sobre o fascismo nos ajuda a compreender melhor essa relação entre a memória e o esquecimento em contextos ditatoriais. A autora demonstra como a autoimagem construída

<sup>44</sup> Entrevista com EC, concedida em 06 de abril de 2018.

<sup>45</sup> Entrevista com AS, concedida em 28 de maio de 2019.

pelos operários nos testemunhos orais estava diretamente relacionada com a forma que eles se lembravam do cotidiano de trabalho durante o fascismo. Os entrevistados retratavam seu cotidiano apartado do regime, silenciando a respeito da repressão e revelando um aspecto simbólico da realidade em que viviam.

No testemunho dos ferroviários entrevistados, identificamos a construção de uma autoimagem enquanto ferroviários comuns: comprometidos com o trabalho e a ordem, teriam seu cotidiano organizado através do trabalho, sem a presença de tempo livre para identificar ou lembrar a repressão.

Assim como Passerini demonstra, não devemos compreender essa representação como silêncio total. Ao alargamos os termos de referência, é possível identificar que os entrevistados, em sua maioria, esforçam-se para retratar como seu cotidiano estava afastado da ditadura. Desta forma, ao se descreverem enquanto pessoas indiferentes a assuntos políticos e aos sindicatos e ao não se lembrarem da violência política, também não estabeleciam nenhum tipo de relação com a ditadura.

### **Considerações Finais**

Os trabalhadores ferroviários foram duramente reprimidos pela ditadura. Além de sofrerem com as mudanças econômicas trazidas pelo arrocho salarial e a concentração de renda, perderam diversos benefícios conquistados ao longo dos anos 1950 e 1960. O aumento da carestia, o controle dos sindicatos e a grande desvalorização do setor ferroviário transformaram negativamente o cotidiano de trabalho da classe.

Para além das transformações econômicas e da legislação trabalhista impostas pelo governo, percebemos como a esfera de vigilância e repressão do regime também se fazia sentir no cotidiano de trabalho dos ferroviários. A partir do Departamento de Segurança da RFFSA, os funcionários eram vigiados de perto, monitorados pelos sistemas de segurança e informações das ferrovias e sujeitos a punições administrativas e investigações em inquéritos policiais militares.

No entanto, tentamos demonstrar ao longo deste artigo como o controle estatal e administrativo presente na Rede Ferroviária não estava restrito aos funcionários considerados subversivos. Por mais que as lideranças sindicais tenham sido as mais atingidas pela repressão,

percebemos que o departamento de segurança da empresa agia para prevenir não somente a ação das lideranças, mas também para garantir o controle e a ordem de todos os funcionários, uma vez que a guerra contra o comunismo seria “total e permanente”.

Para compreender como essa esfera de vigilância modificou o cotidiano dos ferroviários, buscamos apresentar nas entrevistas a visão de funcionários que não se identificavam com o movimento sindical ou com grupos políticos de oposição ao governo. Dito de outra forma, este texto trata do caso de ferroviários que se identificavam enquanto trabalhadores comuns, ou seja, que não se viam como alvos/inimigos do governo.

Embora afirmassem não ter interesse nas questões políticas da época e de não terem sofrido ou de se lembrarem da repressão, conseguimos perceber nas falas dos trabalhadores entrevistados como os valores da Doutrina de Segurança Nacional faziam parte de seu cotidiano, tornando-se, como apresenta Pilar Calveiro, uma normalidade admitida. Para Calveiro, quando se escolhe não ver, quando nos afastamos dos acontecimentos ou, até mesmo, admitimos que se uma pessoa está metida em alguma coisa considerada errada e, portanto, seria natural que fosse perseguida pelo governo, acabamos justificando a arbitrariedade e a ilegalidade do poder ditatorial, tornando possível a existência e a multiplicação da política repressora estatal.

A autora demonstra que a tortura e a violência estatal só podem existir numa sociedade que “escolhe não ver”. O desaparecimento forçado de pessoas que ocorria à luz do dia, com testemunhas e em vias movimentadas dava-se exatamente porque era preciso passar uma mensagem clara: isso é o que acontece quando se subverte a ordem. O alvo das ações não era apenas os comunistas, os subversivos, mas a própria sociedade.

Neste sentido, a presença de militares armados nas oficinas, a vigilância de conversas e posicionamentos políticos, o desaparecimento de pessoas durante o trabalho eram ações que tinham o objetivo de gerar o medo e neutralizar as oposições. Longe de estar escondida nos “porões” da ferrovia, era necessário que a violência fizesse parte do cotidiano dos trabalhadores. A guerra era total, pois o inimigo interno poderia ser qualquer um. Para ter eficiência na guerra contra o comunismo, era preciso que as pessoas soubessem o que poderia acontecer caso ajudassem ou fizessem parte da subversão.

A memória construída pelos ferroviários entrevistados acaba dialogando com a memória coletiva elaborada durante o processo de redemocratização. Nos anos 1980, após a instituição



da Lei de Anistia e o início da abertura política, foi construída uma memória social coletiva que legitimou o mito da resistência civil ao golpe de 1964 e à ditadura. Conforme Daniel Aarão Reis apresenta, o caminho traçado na década de 1980 em busca da conciliação nacional com o passado ditatorial se deu a partir da valorização de versões memoriais apaziguadoras, ao invés de se realizar um amplo debate sobre as bases sociais do regime. Predominou a versão de que “a sociedade brasileira apenas suportara a ditadura, como alguém que tolera condições ruins que se tornaram de algum modo inevitáveis, mas que, cedo ou tarde, serão superadas [...]”<sup>46</sup>.

A sociedade aparece como defensora dos valores democráticos, resistente não apenas ao golpe, como também à ditadura. O passado, assim como afirma Bruno Groppo, é então “[...] interpretado como se a ditadura tivesse sido imposta e mantida no poder exclusivamente pela violência e pelo terror.”<sup>47</sup>. A violência estatal transformaria a sociedade em vítima inocente e “impotente de eventos e forças sobre as quais ela não tinha nenhum controle e, portanto, pelos quais ela não tem nenhuma responsabilidade”<sup>48</sup>.

Os entrevistados se autoidentificam enquanto pessoas comuns, selecionando em suas memórias eventos que justificam o esquecimento de um passado traumático. Assim como demonstra Andrew Stuart Bergerson, a normalidade oferece o véu da impotência e insignificância, pois, ao circunscreverem suas responsabilidades, as pessoas comuns se colocariam à parte da História, preservando sua limitada – porém real – autonomia na vida cotidiana<sup>49</sup>.

Para este trabalho, não compreenderemos o silêncio e o esquecimento desses trabalhadores ferroviários como ausência de memória. É preciso compreender o silêncio, que envolve a memória consolidada socialmente sobre a ditadura civil-militar brasileira, tendo em vista o medo do julgamento do presente, de ser punido por aquilo que se diz ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos<sup>50</sup>. Assim como destaca Michael Pollack, “a clivagem entre memória

---

<sup>46</sup> REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 8.

<sup>47</sup> GROPPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (Org.). **História e memória das ditaduras no século XX**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 41.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 42.

<sup>49</sup> BERGERSON, Andrew Stuart. **Ordinary Germans in extraordinary times: the Nazi revolution in Hildesheim**. Bloomington: Indiana University Press, 2004, p. 6.

<sup>50</sup> POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 8.

oficial e dominante e memórias subterrâneas, assim como a significação do silêncio sobre o passado, não remete forçosamente à oposição entre Estado dominador e sociedade civil.”<sup>51</sup>.

Devemos considerar o aumento sistemático da escala de repressão e violência estatal durante a ditadura sem perder de vista que a política repressora também possibilitava meios de se alcançar benefícios materiais e simbólicos. Conforme apresenta Janaina Cordeiro, devemos levar em consideração que os anos de chumbo também foram sentidos como *anos de ouro* para alguns segmentos da sociedade, embalados pelo período do milagre econômico, entusiasmados com a conquista do tricampeonato mundial de futebol, em 1970, com as obras faraônicas e a expansão das fronteiras que integravam o país<sup>52</sup>.

Não se trata aqui de identificarmos qual o lado escolhido pelos trabalhadores ferroviários, isso é, se eles percebiam a ditadura como “anos de chumbo” ou “anos de ouro”, se foram manipulados e neutralizados pela repressão de um Estado totalizador ou se resistiram à ditadura militar. Mas, trata-se de sinalizar que, para além da díade resistência versus colaboracionismo, existe uma ambivalência dos comportamentos sociais que evidenciam a complexidade e a heterogeneidade das relações construídas entre sociedade e ditadura.

Os entrevistados, ao construírem uma autoimagem de impotência e indiferença frente aos acontecimentos, bem como ao não lembrarem, não identificarem ou, até mesmo, naturalizarem a repressão e a violência estatal, reproduziam em sua vida cotidiana valores caros à ditadura, um pensar duplo “que aparece como uma maneira de contornar uma realidade que se tornou insuportável, como uma resposta de circunstância a uma situação de exceção”<sup>53</sup>. Legitimam, dessa forma, uma memória coletiva apaziguadora que isenta a participação da sociedade naquela História.

Neste sentido, a partir da análise das fontes documentais e orais aqui apresentadas, não devemos identificar os ferroviários como um bloco homogêneo, ou seja, uma classe manipulada pela ditadura que apoiou totalmente o regime ou que foi amplamente resistente ao governo. O esforço empreendido por esta pesquisa foi o de apontar a necessidade de estudarmos a fundo a relação construída entre a sociedade e a ditadura, rompendo com análises que legitimam “as

---

<sup>51</sup> *Ibidem*, p. 5

<sup>52</sup> CORDEIRO, Janaina. **A ditadura em tempos de milagre**: comemorações, orgulho e consentimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 338.

<sup>53</sup> LABORIE, Pierre. 1940-1944: os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários**: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 40.

noções de opressão/oprimidos, coerção-todo-poderosa, propaganda-manipuladora-sedutora, Estados versus sociedade”<sup>54</sup>.

Desta forma, analisar o silêncio, o esquecimento, a indiferença e a passividade de segmentos da sociedade pode contribuir para compreendermos como foi possível a duração de um regime ditatorial no Brasil por 21 anos, bem como a permanência de uma memória positiva e saudosista sobre esses anos na atualidade.

## Referências bibliográficas

### Fontes

Entrevista com IV, concedida em 07 de maio de 2017.

Entrevista com UV, concedida em 29 de maio de 2017.

Entrevista com EC, concedida em 06 de abril de 2018.

Entrevista com MI, concedida em 21 de novembro de 2018.

Entrevista com EL, concedida em 21 de dezembro de 2018.

Entrevista com AS, concedida em 28 de maio de 2019.

Fundo Comissão Geral de Inquérito Policial Militar – Arquivo Nacional

Fundo Comissão Geral de Investigações – Arquivo Nacional

Fundo Rede Ferroviária Federal S. A. – Arquivo Nacional

Fundo Polícia Política (DOPS) – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Hemeroteca Digital (Fundação Biblioteca Nacional) - Jornal *Correio da Manhã*

### Teses, livros e artigos

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. **O movimento operário da Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BERGERSON, Andrew Stuart. **Ordinary Germans in extraordinary times. The Nazi revolution in Hildesheim**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

BORGES, Nilson. “A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano, v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

---

<sup>54</sup> ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (Org.). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**; volume 1: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 15.

- CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento. Os campos de concentração na Argentina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- CORDEIRO, Janaina Martins. **A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil (1961-1964).** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1986.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.
- FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. **Morigerados e revoltados: trabalho e organização de ferroviários da Central do Brasil e da Leopoldina (1889-1920).** 2008. 134 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FREDERICO, Celso (org.). **A esquerda e o movimento operário (1964-1984).** v. 1. São Paulo: Editora Novos Rumos, 1987.
- FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970).** 2013. 188 fls. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. In: QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denise. **História e memória das ditaduras no século XX. vol. 1.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- JOFFILY, Mariana. “O aparato repressivo: da arquitetura ao desmantelamento”. In: REIS FILHO, D.; MOTTA, R.; RIDENTI, M. (orgs.) **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- LABORIE, Pierre. 1940-1944: os franceses do pensar duplo. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha. (orgs). In: **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Europa. v. 1.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LUDTKE, Alf. De los héroes de la resistencia a los coautores. ‘Alltagsgeschichte’ en Alemania.. **Ayer (dossiê “La historia de la vida cotidiana”)**, n. 19, 1995.
- \_\_\_\_\_. What is the history of everyday and who are its practioners? In: LUDTKE, Alf (org.). **The History of Everyday Life.** Princeton: Princeton Univ. Press, 1995.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- NAGASAVA, Heliene. **O sindicato que a ditadura queria: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967).** Jundiaí: Pacto Editorial, 2018.
- PASSERINI, Luisa. **Fascism in Popular Memory: the cultural experience of the Turin Working Class.** New York: Cambridge University, 1987.

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. (orgs). **A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Volume 1: Europa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SANTANA, Marco Aurélio. “Ditadura Militar e resistência operária: O movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática”. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, Santa Catarina, v. 7, n. 13, 2008.